SINDIPETRO-RS

Filiado à FUP CUT

PAPO DIRETO

Informativo Semanal do Sindipetro-RS - Ano V - Nº 272 - De 21 a 25/01/2019

PRIVATIZAÇÃO:

STF DERRUBA DECISÃO QUE IMPEDIA VENDA DE ATIVOS PELA PETROBRÁS

O Ministro Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), atendendo a recurso da União, derrubou, dia 12 último, um sábado, decisão do Ministro Marco Aurélio Mello, sobre a venda de ativos pela Petrobrás (Decreto nº 9.355/2018).

PÁGINA 3.

QUANDO OS DADOS CONTRADIZEM O DISCURSO

Nos últimos anos, especialmente de 2016 para cá, a Petrobrás tem sido usada como o bode expiatório dos problemas do Brasil. Da corrupção aos prejuízos das estatais, em tudo a empresa era citada. E até mesmo em relação a sua maior descoberta do último período – o pré-sal – houve quem duvidasse. Mas os números mostram outra realidade, o que fortalece a lógica de que todas as mazelas atribuídas à empresa, são apenas desculpas sem qualquer sustentação para entregar a estatal aos interesses das petroleiras estrangeiras. Uma recente matéria publicada pelo jornal O Estado de SP, que não é exatamente "de esquerda", traz, em sua manchete, a realidade: "Pré-sal: a máquina de fazer dinheiro da Petrobras".

"A Petrobrás nunca ganhou tanto dinheiro produzindo petróleo e gás como agora, com o pré-sal. A empresa lucrou R$ 35,7 bilhões com a exploração e produção nos primeiros nove meses do ano passado, segundo sua última demonstração contábil divulgada. No mesmo período de 2008, quando o pré-sal ainda não tinha escala comercial, o lucro da área de exploração e produção da Companhia foi menor, de R$ 31,7 bilhões, mesmo com o petróleo valendo quase o dobro do que vale agora", diz o texto. E continua: "A estatal está conseguindo ganhar mais, num cenário menos favorável, por conta dos baixos custos dos reservatórios do pré-sal, de onde são extraídos grandes volumes de petróleo de boa qualidade". No fim do ano passado, diz o jornal, mais da metade do petróleo nacional já saía desse que é o poço mais profundo já alcançado pela tecnologia. O petróleo é retirado de uma profundidade que pode passar dos 9 quilômetros.

IGUAL A IR A LUA - Na matéria, um trabalhador da Petrobrás exemplifica bem o que representa o pessoal para os incrédulos de plantão: "Tem sempre alguém que me pergunta se esse negócio de pré-sal é verdade mesmo. É igual ir à Lua, tem gente que não acredita". Mas sim, ele é verdade e foi resultado de uma alta capacidade de pesquisa e de investimento da Petrobrás, durante o governo Lula.

De fato, até o presidente da Petrobrás, recentemente empossado, reconhece isso. "A Petrobrás é "número um" em termos de águas ultraprofundas. Não há empresa que tenha o conhecimento tecnológico ou capital humano adequado para explorar esse tipo de ativo", disse.

JPTE PARTE II

O SINDIPETRO-RS recebeu denúncia de situações de insegurança com respeito ao transporte dos funcionários da Transpetro no RS. Os motoristas da JPTE estão trabalhando 12h, devido à demissão de colegas, sem salário, sem vale refeição e sem convênio médico. Estão desassistidos e abalados psicologicamente.

Esta situação, além de colocar em risco os motoristas, coloca em risco também os passageiros (funcionários da Transpetro) e a sociedade. O mais grave é que essa situação é recorrente e generalizada no país. Recentemente denunciamos o não pagamento desses funcionários, sendo que outros sindicatos de petroleiros também já denunciaram os abusos cometidos por essa mesma empresa.

RESPONSABILIDADE É TAMBÉM DA PETROBRÁS

A Petrobrás tem sua parcela de culpa, ao fazer contratos cada vez mais rebaixados e "pingados", contratando diversas empresas para uma função. No caso da Transpetro, em Rio Grande (RS) são 4 contratos somente para transporte dos funcionários: os carros são da empresa Vix, os motoristas dos carros da JPTE, o abastecimento é um cartão de outra empresa, e as vans são da Tecline.

Soma-se a isso a redução do efetivo próprio, que faz a fiscalização destes contratos, que hoje sequer tem fiscal no Rio Grande do Sul.

O SINDIPETRO-RS está cobrando soluções IMEDIATAS para esse problema que, acima de tudo, coloca em risco a vida dos trabalhadores.

LOCAL ASSUME O TRANSPORTE NA REFAP

A partir do dia 26 de janeiro a empresa Local será responsável pelo transporte dos trabalhadores e trabalhadoras do turno da Refap. A empresa ganhou a licitação em cima da Longaray, a atual prestadora de serviços da refinaria, responsável por diversas queixas dos petroleiros, devido ao mau serviço prestado. O SINDIPETRO-RS alerta aos trabalhadores que continuem atentos e denunciado ao Sindicato qualquer tipo de problema identificado.

TRABALHADORES PREPARAM RESISTÊNCIA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A CUT e demais centrais sindicais definiram, em reunião dia 15 de janeiro, a realização de uma plenária nacional em defesa da aposentadoria e da Previdência. O encontro será no dia 20 de fevereiro, quando será deliberado um plano de lutas unitário.

AGENDA DE MOBILIZAÇÕES - Até lá, deve ser realizada uma agenda de mobilização nas bases, com assembleias nas categorias e plenárias estaduais, para organizar a resistência da classe trabalhadora contra a proposta de reforma da Previdência do governo de Jair Bolsonaro (PSL/RJ), que aumentam a idade mínima e adotam um sistema de capitalização que praticamente acabam com o direito à aposentadoria de milhões de brasileiros.

Outras datas, como 8 de março (Dia Internacional das Mulher) e 1º de maio (Dia do Trabalhador) também devem ter a reforma da previdência entre os seus eixos de luta, como forma de dialogar com a sociedade.

MATÉRIA DE CAPA

PRIVATIZAÇÃO: STF DERRUBA DECISÃO QUE IMPEDIA VENDA DE ATIVOS PELA PETROBRÁS

Em 19 de dezembro, antes do recesso do Judiciário, Marco Aurélio, atendendo a ação do PT que denunciou a política de devastação da Petrobrás, suspendeu a eficácia do Decreto 9.355, de abril de 2018, que estabelecia regras de governança para cessão de direitos de exploração pela estatal. O texto permitia, por exemplo, que a empresa vendesse blocos de petróleo sem licitação. O ministro Marco Aurélio entendeu que cabia ao Congresso, e não ao Executivo, legislar sobre normas de licitação em estatais.

Ministro Dias Toffoli, do STF

Com a liminar cassada, fica autorizada a retomada da venda de ativos da Petrobrás sem licitação. Uma decisão definitiva sobre esta questão será tomada pelo plenário do STF, em sessão no dia 27 de fevereiro próximo.

"VIVEMOS TEMPOS EM QUE O INIMAGINÁVEL TORNOU-SE HABITUAL"

Segundo os advogados Raquel Sousa e Carlos Cleto, que assinam a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Decreto nº 9355, "todos os negócios e todas as alienações realizadas com base na sistemática de desinvestimento sem licitação, permitida pelo Decreto, mostraram-se nocivas ao País e causaram prejuízos imensos à Petrobrás, pois desobrigar a companhia a fazer licitação é uma porta aberta para a corrupção".

Os juristas esclarecem que a finalidade do documento é impedir que as regras moralizantes da Lei nº 13.303/2016 sejam aplicadas à Petrobrás, o que é uma situação escandalosa, em termos constitucionais: o presidente da República publicar um Decreto para impedir a vigência de uma Lei Federal. "Por isso, a liminar deferida pelo Ministro Marco Aurélio era importantíssima para impedir que essa barbaridade antijurídica perpetrada por Michel Temer continuasse a produzir seus efeitos".

Eles ainda alertam que quando o próprio juiz descuida do cumprimento da Lei, e quando essa prática se torna habitual, não se pode mais supor que o Estado de Direito ainda exista. "O risco é bem conhecido. Usando as regras da tal Sistemática de Desinvestimento, agora transplantadas para o Decreto nº 9.355/2018, a Petrobrás efetuou diversas vendas nefastas de ativos. Por exemplo, a NTS foi vendida por preço equivalente ao seu lucro de cinco anos, e Carcará, um dos mais ricos campos do Pré-Sal, foi doado por preço irrisório. Com o Decreto nº 9.355/2018, essas vendas desastrosas irão continuar a acontecer, com resultados tristemente previsíveis".

26,4% DE TRABALHADORES A MENOS

Os números que apontam a redução dos trabalhadores na Petrobrás, explicam os sucessivos acidentes e incidentes que ocorrem com frequência na empresa. Enquanto de 2008 a 2013 houve um crescimento no número de trabalhadores, em cinco anos de Lava Jato – que deveria sim punir os responsáveis, mas não desmontar a empresa – foram desligados, em demissões, PDVs, aposentadorias e outras medidas, 26,4% de trabalhadores diretos e outros milhares de terceirizados. Em dezembro de 2013, o Sistema Petrobrás contabilizava 86.108 funcionários. No final de 2018 eram 63.361. O efetivo atual é menor do que há 10 anos.

REFINARIAS TAMBÉM ESTÃO NA MIRA

No dia 17, em nota pública, a Petrobrás informou que irá ofertar, além das duas subsidiárias da estatal - a Transportadora Associada de Gás (TAG) e da Araucária Nitrogenados S/A (Ansa) -, liberada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), também quatro unidades de refino, entre elas, a REFAP. A nota anuncia que a diretoria executiva decidiu retomar os processos para a venda de 90% de sua participação na Transportadora Associada de Gás (TAG) e da totalidade da Araucária Nitrogenados.

Em relação às refinarias, a Petrobrás afirma que levou em consideração parecer da Advocacia Geral da União (AGU), que concluiu que a Petrobrás "atende aos requisitos colocados no âmbito da análise feita pelo STF na ADI 5624 MC/DF, já que detém autorização legislativa para alienar suas subsidiárias e obedece aos princípios constitucionais ao desinvestir segundo o procedimento do Decreto 9.188/2017, que regulamenta alguns dispositivos da Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) e estabelece as regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais".

Lembramos que privatização das refinarias foi suspensa em junho, por liminar do ministro Lewandowisk, que entendeu que o processo de oferta de 60% do capital (ou seja, uma privatização, porque mudava o controle para a iniciativa privada) havia passado por exame do Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou regras de transparência e comunicação pública para o processo.

AOS "AMIGOS DO REI", TUDO

Contrariando o seu discurso eleitoreiro, o Presidente Jair Bolsonaro tem se mostrado bastante solidário aos seus amigos, distribuindo a eles os cargos máximos na Petrobrás. Nesta semana dois casos se destacaram. Um deles foi a indicação de Carlos Victor Nagem, conhecido como "Capitão Victor", para assumir a Gerência Executiva de Inteligência e Segurança Corporativa da empresa. Apesar de Victor ser funcionário há 11 anos da Petrobrás, sua indicação ao cargo de Gerente Executivo viola o Plano de Cargos e Remuneração (PCR). Ele está classificado como "Profissional de Nível Superior Pleno" no Plano de Cargos da Companhia, escala iniciada em "Júnior", e que vai até "Pleno", "Sênior" e "Máster".

A Assessoria Jurídica da FUP entrou com uma Ação Civil Pública contra o presidente da Petrobrás, Castello Branco, acusando-o de improbidade administrativa pela nomeação do amigo de Bolsonaro, Capitão Victor. O status de "Pleno" é incompatível com a função na gerência executiva, além disso, Victor não exerceu funções compatíveis à sua nomeação. Na prática, é a famosa "furada de fila", desrespeitando a centenas de trabalhadores da Empresa. Segundo publicado pela Agência Reuters, no último dia 17, a Justiça Federal do Rio de Janeiro extinguiu essa ação.

O outro caso, que ocorreu na mesma semana, foi a indicação do condenado John Forman, ao Conselho de Administração da Petrobrás. Dono da consultoria especializada no setor de petróleo e gás natural, a J. Forman Consultoria, o amigo de Bolsonaro foi condenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por uso de informações privilegiadas. Diante da péssima repercussão, o indicado recuou e desistiu no cargo. A Petrobrás oficializou a sua desistência no último dia 16.

ONG MULHER EM CONSTRUÇÃO PARTICIPA DE CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

A ONG Mulher em Construção representou o Brasil na última semana, na Conferência Internacional, realizada na Índia. Com o tema "Tornar os meios de subsistência não tradicionais (NTL) para os marginalizados", o encontro, organizado pela Fundação Azad e Sakha Consulting Wings, tem o objetivo de levar o aprendizado para as mulheres que têm o potencial de desafiar as noções de gênero do trabalho, contribuindo na remuneração e no trabalho das mulheres. De acordo com os organizadores, o potencial produtivo das mulheres é subutilizado devido à desigualdade enraizada e a prevalência de papeis de gênero e segregação no mercado de trabalho. Estatísticas recentes das Nações Unidas relatam que apenas metade das mulheres estão na força de trabalho global, em comparação com 77 % dos homens.

A ONG Mulheres em Construção é a idealizadora do projeto Cimento & Batom, realizado pelo SINDIPETRO-RS, em 2014. O objetivo foi formar mulheres para a realização de pequenos reparos em diversas áreas, como alvenaria, pisos cerâmicos e pintura, entre outros, contribuindo para a sua autonomia .

SERVIÇOS

ATENDIMENTO JURÍDICO ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL - No período de 20/12/2018 a 20/01/2019, as assessorias jurídicas do SINDIPETRO-RS acompanharão o recesso forense. Os contatos poderão ser feitos pelos e-mails atendimento@costaadvogados.adv.br, carolineanversa@direitosocial.adv.br ou abrao.blumberg@direitosocial.adv.br

SERVIÇO SOCIAL - Assistente Marilene da Silva João – atendimento, em janeiro, às terças e quintas-feiras, pela manhã.

PARCERIAS - Feira da Agricultura Camponesa - Às quartas-feiras, das 10h30 às 18h, na sede do Sindicato, em Porto Alegre.

WHATSAPP - Receba informações do Sindicato pelo WhatsApp adicionando **(51) 99671.8648.**

NOTA

"EPIDEMIA" DE ACIDENTES DO TRABALHO

Os sinais quanto as diretrizes econômicas do governo Bolsonaro (PSL) apontam para um agravamento dos números de acidentes do trabalho no Brasil, que já matam mais do que muitas epidemias pelo mundo.

Tanto que nos últimos sete anos, foram registrados 4,5 milhões, dos quais 16.900 foram fatais. Os dados estão disponíveis no site do Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho, plataforma desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Acredita-se que o número seja ainda maior, em função das omissões de notificações, uma vez que, em muitos casos, o trabalhador se acidenta e a empresa não abre a CAT.

Além disso, segundo especialistas, as mudanças na previdência e a proposta do atual governo de aproximar cada vez mais os trabalhadores da informalidade, devem piorar este quadro.

SINDIPETRO-RS
Filiado à FUP e CUT

Informativo Semanal do SINDIPETRO-RS

Diretoria Responsável: Alexandre, Alexsandro, Alfredo, Ana, Bruno, Cadore, Daniel, Dary, Deporte, Elida, João Aloisio, Lautert, Lameira, Lisboa, Lucí, Maia, Mateus, Mirian, Neide, Orlando, Patrick, Paulo, Quadrado, Russo, Sobral e Terterola - **Jornalistas Responsáveis:** Nara Roxo (MTb 6771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278).

Sede: Rua Gen. Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, Porto Alegre, RS - Fone (51) 3226.2799
Del. de Canoas: Av. Vitor Barreto, 3288, fone(51) 3472.4622 - **Delegado:** Jesus
Del. do Litoral Norte: Rua Deolindo Maggi, 52, Osório, fone(51) 3663.2763.

Contato: secretaria@sindipetro-rs.org.br
Denúncia: denuncia@sindipetro-rs.org.br

PRIVATIZAR FAZ MAL AO BRASIL